

# HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIAS E IDENTIDADES<sup>1</sup>

Vilma L. Barbosa<sup>2</sup>

Nosso desafio é vislumbrar o processo de uma história que, observando a dimensão nacional e universal - objeto de construção do mundo ocidental, recoloque na ordem do dia as bases para a elaboração das identidades regionais e locais.

Mesmo diante das dificuldades presentes no delineamento teórico e metodológico de pesquisas sobre as abordagens, representações e fontes a respeito da história regional/local, se torna necessário pensar um conjunto de questões que podem se constituir em novos objetos de investigação e, portanto, estimular novas construções do conhecimento histórico.

Revela-se, nesse sentido, o crescente interesse dos historiadores pela questão regional e local, especialmente, observa-se a multiplicação de estudos e pesquisas acadêmicas acerca desses temas.

A História Local tem conhecido, nos últimos anos, um progressivo desenvolvimento devido ao interesse da investigação histórica atual, pelo estudo das comunidades locais que se tem traduzido num crescente número de trabalhos acadêmicos, tendo por objecto a análise de realidades locais ou regionais. (PROENÇA, 1990, p.139).

No Brasil, a partir do século XIX, com a criação, nas províncias, dos Institutos Históricos Geográficos e, durante a primeira metade do século XX, com a produção dos memorialistas - configurada em estudos dos espaços históricos locais, buscava-se estabelecer uma identidade nacional brasileira que contemplasse mecanismos de homogeneização na concepção de nação, na qual priorizavam-se os aspectos político-administrativos e econômicos.

O caráter identitário brasileiro caracterizava por si só o fato de ser paraibano, mineiro ou gaúcho. Não se considerava nas diversas regiões, micro-regiões, estados e municípios - para falar apenas dos espaços geo-políticos definidos oficialmente -, as suas diversidades, as formas com que as pessoas desenvolviam estratégias diferentes e experiências de sobrevivência, como se organizavam nos sindicatos e associações, como lidavam com a religião e a cultura.

Já a partir da década de 1970, podemos perceber uma preocupação por parte das variadas tendências historiográficas de estudar a questão da história regional e local<sup>3</sup>. Isto se deu em

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático "História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada", durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba. Historiadora, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

parte pela tentativa de acompanhar e fornecer elementos para a atualização teórica e metodológica que se produzia fora do Brasil, especialmente na França, na Inglaterra, na Itália e nos Estados Unidos, onde observamos o esgotamento de modelos de interpretação e a ruptura de análises sócio-econômicas, como por exemplo, o marxismo. Devemos considerar, ainda, a própria repercussão e influência do processo de redemocratização do estado brasileiro.

Porém, observa-se, nesse caso, o interesse pela temática regional e, por aproximação, pela questão local, mediante reflexões que vão desde análises da historiografia disponível, nos aspectos de seu conteúdo ideológico, econômico, social, político, até a própria análise das concepções teóricas que fundamentaram a elaboração dessa historiografia, passando, com isso, a existir também, um relativo acréscimo na produção histórica sobre realidades regionais e locais.

Nesse percurso, nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, observamos o que podemos chamar de *revisão* nas concepções do que são as histórias regionais e histórias locais, quando são consideradas novas dimensões, novos olhares, novos objetos e novas preocupações, especialmente em tributo aos protagonistas históricos até então silenciados, excluídos e alijados da historiografia oficial que, a partir de então, alcançam uma maior visibilidade nos processos históricos.

Assim, as discussões emergem, em sua maioria, do estabelecimento dos conceitos de região e território a partir das reflexões e redefinições conceituais da Geografia que, paulatinamente, tem revisado seus postulados deterministas e tradicionais, passando da região apontada como um dado natural, para uma visão mais crítica, com destaque para as considerações acerca da ação humana e suas contradições sociais na formação, reorganização e apropriação dos espaços.

São perspectivas, conceitos e categorias novas, definidos no sentido de analisar e melhor entender as realidades históricas ímpares que, por admitirem a diversidade nos modos de abordagem, remetem a renovadas construções do conhecimento sem apontar a exclusão/oposição a outros enfoques, proporcionam uma apropriada ampliação teórico-metodológica.

Conceitos como regional e local surgem, a nosso ver, de uma necessidade de ordenação para o entendimento do específico e do diferente em relação ao geral e ao particular. Trata-se, portanto, de dimensionar uma melhor perspectiva de compreensão da organização espacial nos seus aspectos temporais. Torna-se importante, pois, apreender a história regional e a história local, dentro das concepções interpretativas da história, das quais se

---

<sup>3</sup> Isto fica bem evidente no XIII Simpósio Nacional da ANPUH, em Curitiba/1985: as reflexões nesse sentido expressaram-se na posterior organização e publicação da Coletânea *República em Migalhas: História Regional e Local* coordenada pelo professor Marcos A. Silva.

vale o historiador em seu ofício como um recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e o ensino, estabelecendo e ordenando procedimentos de trabalho.

A construção local de uma história tem significado analítico em referência ao sistema do qual foi recortado, porém, numa nova perspectiva, que contemple a revisão das grandes sínteses históricas que, em geral, não comportavam estudos de temas locais. Através do recurso à história local pode-se formular perguntas, suscitar questões, estabelecer a relação entre prática e teoria. É importante estar atento para o fato de que a abordagem local, metodologicamente falando, tem o seu sentido garantido, principalmente se tomada como parte do sistema maior que a integra: a região, o estado nacional, o contexto internacional.

Uma considerável parcela da historiografia local apresenta-se com formato ainda tradicional, pois assume e desenvolve um tratamento personalista, memorialístico, e sem interações espaciais, em geral, na forma de relatos cronológicos dos fatos com pouca ou nenhuma articulação entre si. Tratam as comunidades regionais e locais como se tivessem um destino linear e evolutivo - congênere da história geral, no sentido do *progresso da região*, excluindo a ação histórica dos seus variados segmentos sociais formativos, com suas experiências diferenciadas, apontando, quase sempre, para alguns sujeitos que conduzem os destinos das comunidades.

Porém, recentemente, apresentam-se tentativas de inovação e exploração das possibilidades de construção do conhecimento histórico que considere aspectos relacionais e processuais, de variadas temporalidades e espacialidades num movimento imprescindível para a sua pesquisa e sua fundamentação.

Na busca do entendimento de procedimentos teórico-metodológicos para o estudo de realidades locais, inicialmente, observamos que se estabeleceu uma reflexão acerca dos contornos de elaboração da história regional e local e, desta feita, na esfera nordestina.

A produção comumente apresenta-se com variados enfoques historiográficos, desde aqueles baseados numa ordem cronológica - política-territorial-administrativa, na relação dualista *centro-periferia* (centro-sul/nordeste, em que o primeiro é identificado com o progresso e o desenvolvimento e, o outro como arcaico e subdesenvolvido), aos que dão veracidade à existência de equilíbrios espaciais subjacentes. Há enfoques ainda, dentro de uma conotação político administrativa, que apontam uma vertente oligárquica que destaca uma história estadualizada e/ou municipalizada em que as diferenças e contradições não são apresentadas convenientemente, ou mesmo, são minoradas, apesar da expressa dominação das oligarquias locais numa dimensão que pouco considera a relação externa dos municípios ou do estado.

As concepções, conceitos e conteúdos das vertentes historiográficas que apresentam análises sobre a historiografia nordestina são bem explanadas e analisadas de forma detalhada, por Silveira (1984; 1985; 1990), em um conjunto de reflexões acerca da temática

da história regional e local. A autora faz uma acurada análise que compreende a relação entre obras clássicas e o contexto histórico dos momentos em que elas surgiram, destacando claramente, nelas, o enfoque explicativo para a história da região através do entendimento da intervenção do Estado no espaço regional. Essas obras compuseram, assim, um modelo que configurava uma síntese explicativa geral para a história do Nordeste vista, por alguns, como suficiente para o entendimento do processo de formação do Brasil.

Silveira, em seus estudos, procede a uma revisão do conceito de região e desenvolve a perspectiva de uma análise historiográfica em que concebe a história regional/local como uma construção humana, plena de possibilidades de transformação social, encontrando, para tanto, aporte nos pressupostos da geografia crítica<sup>4</sup>.

Assim, temos que, o próprio conceito de região é bastante questionável e motivo de freqüentes estudos. Destacam-se aqueles que encaram a região como um espaço determinado por limites políticos e existindo à mercê dos reflexos da organização política-administrativa nacional, ou ainda, que o conceito de região é uma construção, já que é elaborado e re-elaborado sistematicamente a partir de sua abordagem enquanto objeto de estudo, sendo, portanto, relativo em seus resultados e suas configurações.

Nesse sentido, torna-se necessário considerar as contribuições dessas elaborações sobre o conceito de região, pois percebemos que a historiografia vem, em grande parte, tratando da relação nacional/regional/local, partindo da idéia de uma história nacional que seria suficiente para apresentar a história geral da nação. Porém, as questões que se colocam neste trabalho aludem à importância de considerar que as primeiras percepções sempre se dão na esfera local, e só depois, na provincial, estadual, central e global.

Mesmo se considerarmos a história do Brasil com o foco centrado na história do Rio de Janeiro ou de São Paulo, devemos nos ater ao fato de que, antes de serem tomadas como história nacional, elas são precisamente, histórias locais, deram-se temporal e espacialmente na esfera local, mesmo sendo de repercussão nacional ou mundial.

Nos últimos anos, os estudos da historiografia regional e local têm considerado as variáveis do conceito de região, somado ao esgotamento das macro-abordagens e das grandes sínteses que, segundo esses estudos, se tornaram insuficientes para o entendimento das realidades mais particularizadas.

Caberia refletir sobre um pensamento que prevalece entre alguns estudiosos quando questionam a história regional ou local e partem para a defesa de uma história nacional, alegando que o *macro* pode explicar, de forma mais produtora, a história do país, a história total, onde com freqüência, considera-se, como sua essência, as noções de progresso e

---

<sup>4</sup> Geografia Crítica – recebe esta denominação pela contestação que empreende aos postulados filosóficos da Geografia Tradicional ou Geografia Pragmática. Essa perspectiva da geografia assume o conteúdo político de sua ciência e a encaram como um instrumento para a transformação social. A esse respeito ver Santos (1978; 2002) e Lacoste (1988).

desenvolvimento, tentando dificultar a percepção da historicidade como complexo e tenso fazer.

Voltando ao exemplo da história de São Paulo ou do Rio de Janeiro, essas estão, no plano da cultura histórica, para o Brasil Império e República, como determinantes da história nacional, homogeneizando a construção da história pelos aspectos econômico e político. Nesse caso, o capitalismo teria universalizado o entendimento do processo histórico, através de um conhecimento exterior, pretensamente universal/nacional, completamente desvinculado das experiências imediatas. É apropriado, para entender essa reflexão, o que afirma Pesavento (1990):

De um lado, numa análise "macro", tem-se a generalização de um processo ocorrido numa determinada região por todo o país. Mais especificamente, as formas de realização do capital no centro econômico do país – eixo Rio/São Paulo – são entendidas na sua análise, para as diferentes regiões, ou apresentadas como sendo 'nacionais'. (p. 69).

Porém, observando os limites dessa visão, continua: "É claro que se pode contra-argumentar que o capitalismo é um agente unificador da História, ou que o capital universaliza, mas tais análises não dão conta das especificidades regionais." (p. 70).

Logo, segundo este viés interpretativo, que considera as especificidades regionais, antes da história de São Paulo e do Rio de Janeiro *tornarem-se* nacionais, elas concretamente se definiram nas espacialidades/temporalidades regionais e locais. Deve ficar claro que não se está afirmando, por exemplo, que a história nacional deva ser simplesmente o somatório das histórias locais ou regionais que ocorreram e ocorrem em espaços e tempos delimitados e *isolados*, mas que os elementos de construção dessas histórias podem contribuir no entendimento das especificidades e, em muitos casos, apresentarem elementos históricos que, de outra forma, não seriam contemplados, por isso são, em si, imprescindíveis para a compreensão do nacional.

Os acontecimentos locais, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou culturais são, na atualidade, muito influenciados pelos fatos que ocorrem no nível global, até pela rapidez das informações e o acesso a elas. Esse fenômeno, paradoxalmente, tem como um dos seus efeitos, a renovada importância do local e uma tendência que se observa de estimular culturas sub-nacionais e regionais, talvez até por questões de resistência e de enfrentamento cultural, em que ocorre a percepção, para os diferentes sujeitos históricos, de que mesmo pensando globalmente as suas ações cotidianas são locais.

Assim, não se pretende com a abordagem regional e local da história, uma proposição para desfazer ou extinguir a construção de uma identidade nacional. Ela na realidade possibilita uma construção diferenciada. Segundo Manique e Proença (1994):

Sob o ponto de vista científico, a história local e regional evita o erro grosseiro de se considerar o nacional como um todo homogêneo, o que, em termos de investigação científica, produz uma percepção desfocada e distorcida da dinâmica das sociedades. (p. 25).

Os trabalhos apoiados em fontes e realidades primárias locais, no *micro* – é nesta esfera que se promove uma política das identidades e também das diferenças –, produzem análises de cunho regional e local. Apresenta-se a possibilidade de interação com o cenário nacional e internacional mais amplo, sem o qual, muitas vezes, se comete um erro equivalente ao da história nacional homogeneizante/homogeneizadora/absoluta, qual seja, o particularismo/localismo/singularidade.

Destarte, da mesma forma que a história nacional pretensamente intenta ser homogeneizante, no sentido de não apresentar diversidades e desigualdades em seu processo histórico constitutivo e, absoluto, quando não admite diferenças e contradições, a história local pode, erroneamente, ficar circunscrita ao localismo e a uma singularidade isolada, se for tratada apenas em seu aspecto físico e individualizador, desconsiderando outras esferas relacionais, e, nesse sentido Bourdin (2001) afirma “A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos”. (p. 27).

A dinâmica das sociedades demanda a consideração em observar os vários níveis e dimensões históricas, evitando a fragmentação dos espaços ou a imposição de uma versão interpretativa da história que se defina como absoluta, seja ela local, regional, nacional ou internacional. Nessa perspectiva, e destacando o estudo da história local, se torna importante a sua interface com a micro-história.

Levi (1992), a propósito da micro-história e da possibilidade de interação entre escalas de análise espaço/temporais diferentes, infere um papel destacado ao ponto de vista do historiador no empreendimento da pesquisa e elaboração da história, quando esse se torna parte intrínseca do relato, principalmente ao explicar o processo de pesquisa, as limitações e as evidências documentais, e ainda, as formulações de hipóteses. Fazendo isso, evidencia-se que num trabalho com a micro-história, mesmo tendo como ponto de partida o particular e o individual e, relacionando-o a um contexto também específico, os leitores atentos, mesmo que não possuam formação específica na ciência histórica, podem dialogar e participar do processo da construção em evidência.

Um caso exemplar de uma história que é local e, muitas vezes, até compreendida como individual, mas que apesar de sua especificidade remete a uma pesquisa e a uma construção histórica baseada no procedimento analítico da micro-história, pautado num movimento relacional de temporalidade e espacialidade histórica é o apresentado por Ginzburg (1987), na obra *O Queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, na qual faz um importante estudo de abordagem da micro-

história. Partindo da vida cotidiana na Itália camponesa, no século XVI, chegando à narração do julgamento de um moleiro friuliano – Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, a partir de dois processos inquisitoriais, distantes quinze anos um do outro, aos quais somou outros documentos que forneceram indicações sobre suas atividades econômicas e sociais, sobre seus filhos e sobre suas leituras.

No prefácio à edição italiana da obra, se procede uma reflexão sobre a importância de estudar o *indivíduo* na história das camadas populares:

Que relevância pode ter, num plano geral, as idéias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social? [...] proceder uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo. Porém, se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstituir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. (p. 26).

Tratando-se, portanto, de uma história pessoal e única de um indivíduo aparentemente fora do comum, em local (Montereale) e época (século XVI) específicos e, do relato dos pormenores do seu julgamento, pouco se apresenta sobre a vida na aldeia ou sobre os próprios inquisidores, o que, em princípio, destaca o perigo de se tentar qualquer tipo de generalização imediata quanto ao cotidiano dos contemporâneos de Menocchio, ou mesmo a tentativa de integrar o seu comportamento num conjunto social mais amplo. Aliás, o autor assegura a individualidade e singularidade, recusando o enquadramento do moleiro num contexto já delineado, respeitando, portanto, sua originalidade.

Ginzburg (1989) afirma que o historiador busca, nos processos inquisitoriais, basicamente o que o inquisidor buscava, ou seja, elementos que transpareçam provas de intimidade, informações sobre o cotidiano e sobre o modo de vida dos acusados, observando atentamente o que diz o texto e considerando que tal documentação traz uma grande carga de julgamento de valores sendo, portanto, tendenciosa, seja pelas intenções dos inquisidores a partir de um julgamento opressor, seja pela pressão emocional que sofria o acusado.

Porém, destacamos que, mesmo se tratando do estudo de um único personagem e com uma reduzida documentação, alguns pontos referentes não só à religião Católica Romana mas também à religião camponesa sami-pagã que existia à época no interior da Europa pré-industrial que convivia com a difusão da imprensa e com a repressão à Reforma Protestante e, em pleno Renascimento, ganham visibilidade em seu relato.

Assim, uma análise baseada na micro-história apresenta possibilidades de entendimento de peculiaridades locais que, de outra forma, não seriam vislumbradas, porém não se limita a elas, abrindo perspectivas variadas, por desencadear a necessidade de um entendimento prévio do objeto a estudar e por propiciar, a partir do próprio estudo, a ampliação de novos

objetos, novas contextualizações, novas leituras da história, sejam elas das mais variadas dimensões espaço-temporais.

A abordagem regional e local da história, considerando o sentido de redimensionar espaços, oferece óticas de análise ao estudo da própria história nacional, numa síntese do enfoque historiográfico, que pode conceber, segundo Amado (1990), que “a história nacional ressalta as semelhanças e a regional/local lida com as diferenças e a multiplicidade”. (p. 12). Portanto, a importância do estudo regional/local pode:

[...] oferecer novas óticas de análise no estudo de cunho nacional, podendo apontar todas as questões fundamentais da história (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. (p. 12-13).

Atualmente, ao tratar da renovação no campo da história, ou aquilo que, mais geralmente, se chama *novas tendências* historiográficas apresentam-se a Nova História Francesa, no seu enfoque do cotidiano e da memória, a História Social Inglesa, ao recuperar a experiência social de contextos e de sujeitos históricos silenciados ou desprezados pela historiografia tradicional, bem como, a Micro-história Italiana, ao tratar a relação entre escalas de investigação. Elas elegeram, como campo de estudo, não mais os grandes temas de cultura geral ou as grandes sínteses, mas uma análise dos micro-temas, na qual cabem perfeitamente as referências à história regional e à história local, especialmente como recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e, por extensão, para o ensino de história.

Tem-se então a história local:

[...] como um princípio metodológico, que encontra sua validade ao atender aos pressupostos da construção de um conhecimento que interage com um saber que se torna significativo e consciente, constituindo-se em sua relevância social. (GASPARELLO, 1996, p. 89).

Nesse sentido, tem-se apresentado um crédito permanente à construção de abordagens da História que propiciem a articulação das experiências cotidianas nas dimensões da história local, regional, nacional e universal, objeto deste presente estudo.

Destacamos que a história local, como recurso teórico metodológico de abordagem para a pesquisa e para o ensino de história, apesar do crescente interesse em sua aplicação, seja na pesquisa propriamente dita, seja na sua aplicação em sala de aula, tem, no Brasil, ficado circunscrito para além de trabalhos monográficos, dissertações e teses, às iniciativas e experiências localizadas, especialmente entre grupos de pesquisadores que têm se debruçado sobre a temática, produzindo materiais didáticos ou criando coletivamente projetos de pesquisa específicos e grupos de estudos. Três desses casos são exemplares.



Um deles, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na UFPB, que há mais de 20 anos realiza atividades através de suas linhas de pesquisa, acerca da história regional, com destaque para a história da Paraíba e, desde a década de 1980, dedica-se também, especificamente, à história local, desta feita com o *Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos* que desenvolve a pesquisa, a produção de materiais didáticos e a formação de professores para a sua aplicação.

Temos um outro exemplo, a partir de 1996, com o trabalho de um grupo de professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que, inicialmente, através da elaboração do Guia de Fontes para a História de São Gonçalo/RJ, desdobrou suas atividades em outros projetos independentes, entre eles, a análise de alguns conjuntos documentais e a escrita de textos com o objetivo de produzir um livro didático para o primeiro segmento do ensino fundamental. Esse grupo de pesquisadores organiza, também, cursos de extensão para professores da rede pública e, trabalhos com iconografia, lançando a *Exposição Imagens de São Gonçalo: fotografia e história*. Avançando na divulgação do trabalho realizado, é disponibilizado a outros pesquisadores e a população em geral um site<sup>5</sup> contendo informações sobre cada um dos projetos, os artigos e monografias produzidas, além de um banco de imagens.

Por fim, no estado do Ceará, numa iniciativa da Fundação Demócrito Rocha, entidade sem fins lucrativos que é mantida pelo Jornal O Povo, foi criado e é desenvolvido o Projeto *A criança e a cidade*. Nele são produzidos livros didáticos de História e Geografia para as séries iniciais do ensino fundamental que resgatam a formação histórico-cultural e geográfica dos municípios, tendo já publicações em 12 deles.

A experiência começou com dois livros intitulados *Construindo o Ceará e, Fortaleza, a cidade e a criança*. Foram elaborados por professores da Universidade Federal do Ceará, entre eles Ricardo Oriá e Simone Souza, e ambos lançados no início da década de 1990, sendo considerados, pelo MEC em 1992, como os melhores livros didáticos do Nordeste. A proposta de elaboração para os demais livros é de contemplar a participação dos professores locais com a orientação pedagógica da Fundação que, em parceria com as prefeituras locais, imprime e distribui os livros na rede pública de ensino.

Entendemos ser pontual e necessária uma maior visibilidade de projetos dessa natureza – que, com certeza devem existir, através de uma maior divulgação e conexão entre eles, fortalecendo assim a reflexão, a pesquisa, a produção e o ensino da história regional e local.

---

<sup>5</sup> <http://www.históriadesaogoncalo.pro.br/>

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e reconstruindo espaços. In. SILVA, Marcos (Coord.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1990. p. 7-15.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. *Ensino em Re-vista*. Uberlândia: Jan/Dez.1995. p. 43-51.
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. Construindo um currículo de História. In. NIKITIUK, Sonia (Org.) *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 1996.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In. GINZBURG, Carlo *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. 1989. p. 203-214.
- \_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.
- LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- LEVI, Geovanni. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161
- MANIQUE, Pedro Antônio e PROENÇA. Maria Cândida. *Didática da História: patrimônio e história local*. Lisboa: Texto. 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. História Regional e transformação social. IN. *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero. 1990. p. 67-79.
- PROENÇA. Maria Cândida. *Ensinar/Aprender História: questões de didática aplicada*. Coimbra: Livros Horizonte. 1990.
- REZNIK, Luís. *História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades*. Disponível em: <<http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/>> Acesso em 16 de jan, de 2005.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Por uma geografia nova*. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002
- SILVA, Marcos A . *República em migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero. 1990.
- SILVEIRA. Rosa M. Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Nordeste e a questão regional*. In. Encontro Paraibano de História. João Pessoa, junho de 1985.
- \_\_\_\_\_. Região e História: questão de método. In: *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero. 1990. p.18-42.